



CASTANHAL - PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL - PARÁ

Pedagogo

**EDITAL RETIFICADO E CONSOLIDADO N.º 02/2024,
DE 19 DE MARÇO DE 2024**

CÓD: SL-110MR-24
7908433251521

Língua Portuguesa

1. Compreender e interpretar textos.....	9
2. Níveis de Linguagem na modalidade oral e escrita.....	10
3. Fenômenos Semânticos: Sinonímia, Antonímia, Polissemia, Ambiguidade, Homônimos e Parônimos	11
4. Ortografia Oficial.....	12
5. Coerência Textual. Coesão Textual.....	13
6. Período Simples e Composto	14
7. Concordância Nominal e Verbal.....	17
8. Regência Nominal e Verbal	19
9. Classe de Palavras: substantivo, verbo, adjetivo, pronome, artigo, numeral, preposição, conjunção, interjeição e advérbio ..	21
10. Colocação pronominal	33
11. Pontuação	34
12. Figuras de Linguagem	36
13. Acentuação gráfica.....	38
14. Emprego da crase	39
15. Fonética: Separação silábica, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos vocálicos e consonantais	40
16. Operadores argumentativos e modalizadores textuais	41

Informática

1. Sistema operacional e ambiente Windows 7, Windows 8, Windows 10	53
2. Edição de textos, planilhas e apresentações utilizando Microsoft Word, Excel e Power Point (versões 2007 e 2010) no ambiente Windows.....	81
3. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet; Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet.....	119
4. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas; Programas de compressão de arquivos (Zip)	124
5. Segurança da informação e procedimentos de segurança; Noções de vírus, ameaças virtuais e aplicativos (antivírus, anti-spyware); Noções de Proxy e Firewall	126
6. Procedimentos de backup	130

Atualidades

1. Conhecimentos de assuntos atuais e relevantes nas áreas da política, economia, transporte, sociedade, meio ambiente, educação, saúde, ciência, tecnologia, desenvolvimento sustentável, segurança pública, energia, relações internacionais, suas inter-relações e vinculações históricas.....	133
---	-----

Legislação

1. Lei Municipal n.º 003, de 04 de fevereiro de 1999	135
--	-----

Conhecimentos Específicos

Pedagogo

1. Projeto pedagógico, planejamento e planos.	167
2. Avaliação Escolar.	167
3. Interação escola família comunidade.	169
4. Importância dos recursos tecnológicos na escola.	169
5. Prática educativa: ensino, estudo ativo, relações professor/aluno.	174
6. Interdisciplinaridade e transversalidade.	175
7. Direitos humanos.	177
8. As Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96).	177
9. Gestão do Processo de Ensino e Aprendizagem.	195
10. A ensino centrado em conhecimentos contextualizados e ancorados na ação.	196
11. O uso de metodologias voltadas para práticas inovadoras.	196
12. O processo de avaliação do desempenho escolar como instrumento de acompanhamento do trabalho do professor e dos avanços da aprendizagem do aluno.	198
13. O reforço e a recuperação: parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem para atendimento à diversidade de características, de necessidades e de ritmos dos alunos.	203
14. Os ambientes e materiais pedagógicos, os equipamentos e os recursos tecnológicos a serviço da aprendizagem.	208
15. Educação e Sociedade: a sociedade e as outras ciências;	209
16. estado e sociedade	209
17. a relação homem, escola e sociedade	209
18. educação como redenção da sociedade	210
19. Função Social da Escola.	210
20. O Conhecimento: concepções e tipos; as formas de apropriação da realidade; os métodos; o conhecimento da escola.	211
21. O construtivismo e Socio interacionismo . Psicologia e Educação: psicologia como ciência; psicologia do desenvolvimento - fases de desenvolvimentos; infância e adolescência; a hereditariedade e o meio, motivação.	212
22. Psicologia da aprendizagem.	232
23. avaliação aluno x aprendizagem x professor	232
24. problemas de aprendizagem.	232
25. Avaliação do processo de ensino e de natureza humana, cidadania e liberdade, dignidade e respeito à vida escolar como instrumento de formação do cidadão.	234
26. Pluralidade Cultural e Diversidade cultural. Respeito aos povos.	235
27. Meio Ambiente: combate ao desmatamento, crimes ambientais, agressão aos rios e mares.	235
28. Orientação Sexual na infância.	236
29. Trabalho e Consumo: a exploração do trabalho Infante-Juvenil.	236
30. aprendizagem. Relações interativas em sala de aula. Competências e habilidades.	236
31. Pilares da educação para o século XXI.	237
32. Ética e Cidadania.	237

meio até quase 3 anos de idade, a criança demonstra cada vez mais interesse no que as outras crianças fazem e uma compreensão cada vez maior de como lidar com elas.

Crianças pequenas aprendem imitando umas às outras. Brincadeiras como a de seguir o líder ajudam a estabelecer um vínculo com as outras crianças, preparando-as para brincadeiras mais complexas durante os anos pré-escolares. A imitação das ações uns dos outros resulta em uma comunicação verbal mais frequente (algo como “Entre na casinha”, “Não faça isso!” ou “Olhe pra mim”), que ajuda os pares a coordenar atividades conjuntas. A atividade cooperativa desenvolve-se durante o segundo e o terceiro ano à medida que cresce a compreensão social. Assim como acontece com os irmãos, o conflito também pode ter um propósito: ajuda a criança a aprender a negociar e a resolver disputas.

Evidentemente, algumas crianças são mais sociáveis que outras, refletindo traços de temperamento como o seu humor habitual, disposição para aceitar pessoas desconhecidas e capacidade para se adaptar à mudança. A sociabilidade também é influenciada pela experiência. Bebês que passam algum tempo com outros bebês, como nas creches, tornam-se sociáveis mais cedo do que aqueles que passam quase todo o tempo em casa.

Adolescentes²³

A busca da identidade A busca da identidade - que Erikson definiu como uma concepção coerente do self, constituída de metas, valores e crenças com os quais a pessoa está solidamente comprometida - entra em foco durante os anos da adolescência. O desenvolvimento cognitivo dos adolescentes lhes possibilita construir uma “teoria do self”. Como Erikson enfatizou, o esforço de um adolescente para compreender o self não é “uma espécie de enfermidade do amadurecimento”. Ele faz parte de um processo saudável e vital fundamentado nas realizações das etapas anteriores - na confiança, autonomia, iniciativa e produtividade - e lança os alicerces para lidar com os desafios da idade adulta.

Entretanto, uma crise de identidade raramente é totalmente resolvida na adolescência; questões relativas à identidade surgem repetidamente durante toda a vida adulta.

Erikson: identidade x confusão de identidade

A principal tarefa da adolescência, dizia Erikson, é confrontar a crise de identidade versus confusão de identidade, ou confusão de identidade versus confusão de papel, de modo a tornar-se um adulto singular com uma percepção coerente do self e com um papel valorizado na sociedade. O conceito da crise de identidade baseou-se em parte na experiência pessoal de Erikson. Criado na Alemanha como o filho bastardo de uma mulher judia dinamarquesa que havia se separado do seu primeiro marido, Erikson jamais conheceu o pai biológico. Embora tenha sido adotado aos 9 anos de idade pelo segundo marido de sua mãe, um pediatra judeu alemão, ele se sentia confuso a respeito de quem era. Debateu-se durante algum tempo antes de encontrar sua vocação. Quando viajou para os Estados Unidos, precisou redefinir sua identidade como imigrante.

A identidade, segundo Erikson, forma-se quando os jovens resolvem três questões importantes: a escolha de uma ocupação, a adoção de valores sob os quais viver e o desenvolvimento de uma identidade sexual satisfatória.

Durante a terceira infância, as crianças adquirem as habilidades necessárias para obter sucesso em suas respectivas culturas. Quando adolescentes, elas precisam encontrar maneiras de usar essas habilidades. Quando os jovens têm problemas para fixar-se em uma identidade ocupacional- ou quando suas oportunidades são artificialmente limitadas -, eles correm risco de apresentar comportamento com consequências negativas sérias, tal como atividades criminosas.

De acordo com Erikson, a moratória psicossocial, um período de adiamento que a adolescência proporciona, permite que os jovens busquem compromissos aos quais possam ser fiéis. Os adolescentes que resolvem essa crise de identidade satisfatoriamente desenvolvem a virtude da fidelidade: lealdade constante, fé ou um sentimento de integração com uma pessoa amada ou com amigos e companheiros. Fidelidade também pode ser uma identificação com um conjunto de valores, uma ideologia, uma religião, um movimento político, uma busca criativa ou um grupo étnico.

A fidelidade é uma extensão da confiança. Na primeira infância, é importante que a confiança nos outros supere a desconfiança; na adolescência, torna-se importante que a própria pessoa seja confiável. Os adolescentes estendem sua confiança a mentores e aos entes queridos. Ao compartilhar pensamentos e sentimentos, o adolescente esclarece uma possível identidade ao vê-la refletida nos olhos do ser amado. Entretanto, essas intimidades do adolescente diferem da intimidade madura, que envolve maior compromisso, sacrifício e conciliação.

Erikson via como o principal perigo desse estágio a confusão de identidade ou de papel que pode atrasar consideravelmente a maturidade psicológica. (Ele não resolveu sua crise de identidade até os 20 e poucos anos.) Algum grau de confusão de identidade é normal. De acordo com Erikson, ela é responsável pela natureza aparentemente caótica de grande parte do comportamento dos adolescentes e pela penosa auto consciência deles. Grupos fechados e intolerância com as diferenças, ambos marcas registradas do cenário social adolescente, são defesas contra a confusão de identidade.

A teoria de Erikson descreve o desenvolvimento da identidade masculina como norma. De acordo com ele, um homem não é capaz de estabelecer uma intimidade real até ter adquirido uma identidade estável, enquanto as mulheres se definem através do casamento e da maternidade (algo que talvez fosse mais verdadeiro na época em que Erikson desenvolveu sua teoria do que na atualidade). Desse modo, as mulheres (ao contrário dos homens) desenvolvem a identidade por meio da intimidade, não antes dela. Conforme veremos, essa orientação masculina da teoria de Erikson foi alvo de críticas. Ainda assim, seu conceito de crise de identidade inspirou muitas pesquisas valiosas.

Fatores étnicos na formação da identidade

Para muitos jovens de grupos minoritários, a raça ou a etnia é fundamental na formação da identidade.

Um estudo de 940 adolescentes, estudantes universitários e adultos afro-americanos encontrou evidência de todos os quatro estados de identidade em cada faixa etária. Apenas 27 dos adolescentes estavam no grupo de identidade realizada, comparado com 47 dos estudantes universitários e 56 dos adultos. Em vez disso, os adolescentes eram mais propensos a estar na moratória, ainda explorando o que significa ser afro-americano. Vinte e cinco por cento dos adolescentes estavam em execução, com sentimentos sobre a identidade afro-americana baseados em sua educação familiar.

23 PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. *Desenvolvimento Humano*, 12ª edição, 2013, editor: AMGH.

termo “transtorno”, justificando seu emprego para evitar problemas ainda maiores, inerentes ao uso das expressões “doença” ou “enfermidade”.

No DSM-V

Quais são as causas?

De acordo com o DSM-V, o transtorno específico da aprendizagem é um transtorno do neurodesenvolvimento com uma origem biológica que é a base das anormalidades no nível cognitivo as quais são associadas com as manifestações comportamentais. A origem biológica inclui uma interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais que influenciam a capacidade do cérebro para perceber ou processar informações verbais ou não verbais com eficiência e exatidão.

A real etiologia dos Transtornos de Aprendizagem ainda não foi esclarecida pelos cientistas, embora existam algumas hipóteses sobre suas causas. Sabe-se que sua etiologia é multifatorial, 6 porém ainda são necessárias pesquisas para melhor identificar e elucidar essa questão.

O CID-10 esclarece que a etiologia dos Transtornos de Aprendizagem não é conhecida, mas que há “uma suposição de primazia de fatores biológicos, os quais interagem com fatores não-biológicos”. Ambos os manuais informam que os transtornos não podem ser consequência de:

- Falta de oportunidade de aprender;
- Descontinuidades educacionais resultantes de mudanças de escola;
- Traumatismos ou doença cerebral adquirida;
- Comprometimento na inteligência global;
- Comprometimentos visuais ou auditivos não corrigidos;

Atualmente, acredita-se na origem dos Transtornos de Aprendizagem a partir de distúrbios na interligação de informações em várias regiões do cérebro, os quais podem ter surgido durante o período de gestação.

O desenvolvimento cerebral do feto é um fator importante que contribui para o processo de aquisição, conexão e atribuição de significado às informações, ou seja, da aprendizagem. Dessa forma, qualquer fator que possa alterar o desenvolvimento cerebral do feto facilita o surgimento de um quadro de Transtorno de Aprendizagem, 4 que possivelmente só será identificado quando a criança necessitar expressar suas habilidades intelectuais na fase escolar.

Existem fatores sociais que também são determinantes na manutenção dos problemas de aprendizagem, e entre eles o ambiente escolar e contexto familiar são os principais componentes desses fatores. 6 Quanto ao ambiente escolar, é necessário verificar a motivação e a capacitação da equipe de educadores, a qualidade da relação professor-aluno-família, a proposta pedagógica, e o grau de exigência da escola, que, muitas vezes, está preocupada com a competitividade e põe de lado a criatividade de seus alunos.

Em relação ao ambiente familiar, famílias com alto nível sociocultural podem negar a existência de dificuldades escolares da criança. Há também casos em que a família apresenta um nível de exigência muito alto, com a visão voltada para os resultados obtidos, podendo desenvolver na criança um grau de ansiedade que não permite um processo de aprendizagem adequado.

Quais são os tipos de Transtornos de Aprendizagem

Tanto o CID-10, como o DSM-V apresentam basicamente três tipos de transtornos específicos: o Transtorno com prejuízo na leitura, o Transtorno com prejuízo na matemática, e o Transtorno com prejuízo na expressão escrita. A caracterização geral destes transtornos não difere muito entre os dois manuais. 2

1. Transtorno da Leitura

O Transtorno da Leitura, alternativamente conhecido como dislexia, é um transtorno caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldade de ortografia. Dessa forma, pode-se afirmar que se trata de um transtorno específico das habilidades de leitura, que sob nenhuma hipótese está relacionado à idade mental, problemas de acuidade visual ou baixo nível de escolaridade. 6

O DSM-V classifica como critérios diagnósticos para o Transtorno da Leitura:

- Leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta e com esforço (p. ex., lê palavras isoladas em voz alta, de forma incorreta ou lenta e hesitante, frequentemente adivinha palavras, tem dificuldade de soletrá-las).
- Dificuldade para compreender o sentido do que é lido (p. ex., pode ler o texto com precisão, mas não compreende a seqüência, as relações, as inferências ou os sentidos mais profundos do que é lido).

2. Transtorno da Matemática

O Transtorno da Matemática, também conhecido como discalculia, não é relacionado à ausência de habilidades matemáticas básicas, como contagem, e sim, na forma com que a criança associa essas habilidades com o mundo que a cerca.

A aquisição de conceitos matemáticos e outras atividades que exigem raciocínio são afetadas neste transtorno, cuja baixa capacidade para manejar números e conceitos matemáticos não é originada por uma lesão ou outra causa orgânica. 7 Em geral, o Transtorno da Matemática é encontrado em combinação com o Transtorno da Leitura ou Transtorno da Expressão Escrita.

O Transtorno da Matemática, segundo o DSM-V, é caracterizado por:

- Dificuldades para dominar o senso numérico, fatos numéricos ou cálculo (p. ex., entende números, sua magnitude e relações de forma insatisfatória; conta com os dedos para adicionar números de um dígito em vez de lembrar o fato aritmético, como fazem os colegas; perde-se no meio de cálculos aritméticos e pode trocar as operações).
- Dificuldades no raciocínio (p. ex., tem grave dificuldade em aplicar conceitos, fatos ou operações matemáticas para solucionar problemas quantitativos).

3. Transtorno da Expressão Escrita

Um transtorno apenas de ortografia ou caligrafia, na ausência de outras dificuldades da expressão escrita, em geral, não se presta a um diagnóstico de Transtorno da Expressão Escrita. Neste transtorno geralmente existe uma combinação de dificuldades na capacidade de compor textos escritos, evidenciada por erros de gramática e pontuação dentro das frases, má organização dos parágrafos, múltiplos erros ortográficos ou fraca caligrafia, na ausência de outros prejuízos na expressão escrita.

– **Crimes de poluição:** caracteriza-se pela comercialização e pelo despejo ilegal de resíduos nocivos que causem poluição de toda natureza em dados níveis que causem danos à saúde humana, ou que resultem na destruição relevante da flora ou na mortandade de animais.

– **Crime contra a vida selvagem:** é a ação humana que tem impacto direto no meio ambiente, intensificando a é um crime organizado transnacional com impactos ambientais significativos, contribuindo para a extinção e perda da biodiversidade e, conseqüentemente, desequilíbrio global.

– **Mineração ilegal:** é toda atividade de extração mineral em pequena escala e com vistas ao comércio direto (garimpo) desempenhada em contravenção à legislação nacional.

– **Extração ilegal de madeira:** caracteriza-se pela comercialização de madeira extraída de forma ilegal (roubada) em contravenção à legislação brasileira.

– **Pesca ilegal:** caracteriza-se pela pescada espécies proibidas, pesca em zona fechada, pesca sem licença, pesca com artes proibidas, pesca que supera uma quota estabelecida.

– **Agressão aos rios e mares**

A contaminação química das águas dos rios e mares, assim como de lagos, oceanos e águas subterrâneas é chamada **poluição hídrica**. Os casos mais recorrentes estão associados aos atos de despejar esgotos não tratados em áreas urbanas, depositar resíduos sólidos nos rios, escoar compostos químicos e resíduos de atividades industriais e agrícolas.

Vale ressaltar que a poluição e o lixo das ruas e do solo são transportados aos mananciais pela água da chuva, impactando negativamente o ecossistema e a fauna e flora desses espaços.

Nos mares, a poluição é ainda mais grave, pois pode provocar a extinção de diversas espécies, prejudicando muitos habitats, e a deterioração de áreas costeiras.

Poluição mineral: a atividade mineradora causa poluição das águas por meio da lama e do descarte de metais pesados nos fundos dos rios e mares. Os minerais mais prejudiciais são cádmio, chumbo, cromo, mercúrio e níquel.

ORIENTAÇÃO SEXUAL NA INFÂNCIA.

Educação sexual é um assunto de grande relevância para a sociedade e ao qual os pais jamais devem omitir-se. Na infância, esse tema deve ser abordado com cautela e eloquência. Nessa fase, os indivíduos possuem uma noção bastante reduzida acerca da sexualidade, portanto, é necessário que sejam orientados para que cresçam e se desenvolvam com uma visão correta sobre essa questão.

Não cabe somente aos pais, mas também à escola a contribuição efetiva nesse sentido. Durante o ensino básico, as crianças são até então muito jovens e em geral agem de forma instintiva, não sendo capazes de pôr limites às suas vontades, visto que, até este momento, elas não conseguem fazer distinção entre o que é certo e o que é errado. Portanto, ainda que suas atitudes venham a ferir os parâmetros comportamentais, as crianças comportam-se de forma espontânea. Porém, assim que essa ausência de limites penetra o âmbito sexual, a situação se torna extremamente delicada, e não se pode mais prorrogar a abordagem da orientação sexual.

Os pais, em geral, procuram resguardar-se o máximo diante de assuntos de natureza sexual. Contudo, o desejo por manter esse tema distante de seus filhos profundamente passível de compreensão. Assim, caberá à escola assumir a responsabilidade de abordar a educação sexual. A fim de que as crianças se desenvolvam com maturidade, é fundamental que elas elaborem uma série de princípios que imponham limites de convivência e contato do ser humano.

TRABALHO E CONSUMO: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL.

Nas famílias mais carentes é comum que as crianças e adolescentes trabalhem para complementar a renda familiar. À medida que os filhos vão crescendo, o consumo próprio vai tendo mais importância nesse sentido, tendo em vista que os pais não têm renda suficiente para prover o acesso a melhores condições além das básicas, como alimentação e moradia.

O trabalho infanto-juvenil, muitas vezes, parece uma questão distante da nossa realidade, basta um olhar mais atento para perceber a presença de crianças e adolescentes trabalhando, vigiando veículos estacionados, vendendo itens pelas ruas e nos semáforos, trabalhando em feiras livres, etc.

Assim, é impossível evitar a consciência de que, desde o alimento que se coloca na mesa, tudo o que é consumido pela sociedade, Parece ignorar que, por trás de tudo aquilo que consumimos, o alimento que colocamos na mesa, as roupas e sapatos utilizados e até os aparelhos eletrônicos usufruídos pela sociedade subentende uma grande rede produtiva que abrange passando pelas roupas e sapatos que usamos, até os celulares que seguramos nas mãos, subjaz uma longa cadeia produtiva que inclui inúmeros seres humanos menores de idade, leis trabalhistas, sociais e ambientais que devem ser colocadas em prática e, em especial, os hábitos de consumo da sociedade, entre outros.

É importante que os consumidores entendam que não podem se eximir da responsabilidade dessa realidade desfavorável para muitos cidadãos. É fundamental que os consumidores questionem a origem das mercadorias e dos serviços que têm adquirido, buscando conhecer as condições em que são produzidos os itens consumidos.

APRENDIZAGEM. RELAÇÕES INTERATIVAS EM SALA DE AULA. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.

– **Relações interativas em sala de aula**

As atividades interativas compreendem a utilização de recursos tecnológicos que possibilitam uma atuação mais participativa dos educandos em sala de aula. Aparelhos como computadores e tablets, por exemplo, podem ser adotados para incrementar a aprendizagem.

Entretanto, a relação entre professor e aluno deve ser uma preocupação durante o uso da tecnologia nas salas de aula. Cabe aos educandos diversificar as formas de transmitir conhecimentos e incentivar os alunos a serem agentes ativos no processo da própria aprendizagem. Assim, promover aulas práticas, vistas em campo e fazer experiências é essencial para criar um ambiente interessante e propício a um melhor aprendizado.

A ação estatal encontra-se norteadada por diversos princípios dentre os quais se destaca o da legalidade, que delimita o campo de atuação possível do Estado e garante aos cidadãos a titularidade de direitos. No entanto, sendo o Estado um ser ético-político, a avaliação da conduta de seus agentes não pode pautar-se, apenas, pelo aspecto da legalidade. Revela-se imperiosa a verificação quanto a obediência à preceitos éticos que estejam disseminados na própria sociedade. A ética na condução da república emerge como instrumento eficaz de proteção dos direitos fundamentais, a exemplo da liberdade e da igualdade.

A Administração Pública se constitui no instrumental de que dispõe o Estado para implementar as prioridades do Governo. Assim, merece atenção especial o estudo acerca das ações empreendidas pelo gestor da coisa pública, sobretudo em relação ao grau de aderência ao interesse público (efetividade). Deve haver compatibilidade entre as prioridades de governo e o querer da coletividade.

Verifica-se grande dificuldade da sociedade em avaliar a conduta dos gestores públicos, notadamente em função da ausência de informações tempestivas, suficientes e confiáveis. Até mesmo o processo de escolha dos governantes nas democracias, através de eleições seguras e livres, vem sendo objeto de ressalvas quanto a sua eficácia como mecanismo garantidor de que os escolhidos trabalharão em função dos melhores interesses da coletividade, uma vez que os cidadãos não possuem todas as informações necessárias a uma escolha correta. O que reforça a importância do acesso às informações.

Dentro deste contexto torna-se imprescindível a existência de órgãos integrantes da estrutura estatal que componham uma verdadeira rede de agências de accountability incumbidas de supervisionar, controlar, aplicar sanções, e, sobretudo, prover o cidadão das informações relativas a conduta do gestor público.

No caso brasileiro, esta rede de agências de accountability englobaria, dentre outros, o Ministério Público, o sistema de controle interno dos Poderes, o Poder Judiciário e os Tribunais de Contas. Estes últimos foram, sobretudo a partir da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, alçados à condição de grandes provedores de informações sobre a gestão pública.

Aos Tribunais de Contas compete verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está erigida sobre alguns pilares, dentre os quais o da transparência. Assim entendida, não só a disponibilização de informações, mas, sobretudo a compreensão dos dados divulgados por parte do cidadão mediano. O objetivo mais nobre do princípio da transparência é permitir e estimular o exercício do controle social, a mais eficaz das formas de controle da conduta do gestor público.

QUESTÕES

1. SEDUC-PI — 2018- O conteúdo da tirinha se aproxima muito da compreensão de um dos princípios pedagógicos da educação brasileira. Trata-se:

- (A) do ensino de qualidade que busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la.
- (B) da construção do conhecimento que nos remete a refletir nossa prática em sala de aula e como estruturamos nossa aula.
- (C) do desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica em níveis mais complexos de estudos.
- (D) da contextualização que dá sentido ao que o aluno aprende, fazendo com que relacione o que está sendo ensinado com sua experiência cotidiana.
- (E) da metodologia da problematização como instrumento de incentivo à pesquisa, à curiosidade e ao desenvolvimento do espírito inventivo.

2. SED-SC — 2018- A educação escolar deve exercitar a democracia e a cidadania, enquanto direito social, através da apropriação e produção dos conhecimentos. São pressupostos que corroboram com o enunciado acima, exceto:

- (A) que a passagem pela escola resulte para todos na apropriação de conhecimentos e habilidades significativas para ser atuante e determinante no processo de transformação social.
- (B) A busca de uma sociedade isenta de seletividade e discriminação, libertadora, crítica, reflexiva e dinâmica, onde homens e mulheres sejam sujeitos de sua própria história.
- (C) A democracia é aquela característica de uma sociedade que garante à totalidade de seus membros condições materiais, sociais e culturais.
- (D) A escola deverá buscar sua autonomia e competência como espaço de decisão que trabalhe na direção de que as crianças e os jovens aprendam, diminua a repetência e aumente a permanência nela.
- (E) A exigência da sociedade frente aos avanços tecnológicos e as transformações econômicas e culturais colocam cada vez mais a necessidade de a escola voltar-se para a produção do conhecimento dissociado da construção dos bens sociais, culturais e materiais para o exercício da cidadania.

3. SEE-MG — 2018- A contextualização do ensino da Matemática é uma importante estratégia para facilitar a aprendizagem dos alunos nesta área do conhecimento. Neste sentido, essa contextualização poderá ser desenvolvida pelos professores

- (A) por meio de atividades variadas que repitam a aplicação direta dos conceitos matemáticos já trabalhados em sala de aula.
- (B) a partir do trabalho sobre a história da matemática e da vinculação dos conteúdos com o cotidiano e as práticas sociais que envolvam esta área do conhecimento.
- (C) por meio de atividades sistemáticas que reforcem a importância desta área do conhecimento para o desenvolvimento profissional e acadêmico dos alunos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. PREFEITURA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR — 2018

Transposição didática é:

(A) o movimento de transposição do conhecimento aprendido na escola para a prática do cotidiano, no qual o aluno dá evidências de conseguir fazer nexos e relações com outras situações.

(B) a transferência de tecnologias e conhecimentos para o sistema escolar, de forma que as experiências didáticas diversas possam ser utilizadas pelos professores.

(C) o fenômeno por meio do qual transforma-se o conhecimento científico em conhecimento escolar, para que possa ser ensinado pelos professores e aprendido pelos alunos.

(D) o esforço de superação desenvolvido pelos professores no ambiente educativo, com vistas a alcançar os objetivos de ensino mesmo em condições adversas.

(E) o processo de incorporação dos princípios da didática pelo professor, quando o docente alcança a compreensão de como deve atuar na condução de sua atividade de ensino.

18. PREFEITURA DE FARROUPILHA-RS — 2023- Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, analise as assertivas abaixo:

I. O aluno precisa aprender não apenas os conteúdos escolares, mas também saber se movimentar na instituição pelo conhecimento que adquire de seus valores, rituais e normas, ou seja, pela familiaridade com a cultura da escola.

II. A escola constitui a principal e, muitas vezes, a única forma de acesso ao conhecimento sistematizado para a grande maioria da população.

III. Os alunos provenientes de grupos sociais cuja cultura é muito diferente daquela da escola encontram na diferença entre o que é cobrado e o que é ensinado por ela um obstáculo para o seu aproveitamento.

IV. O acesso ao conhecimento escolar tem dupla função: desenvolver habilidades intelectuais e criar atitudes e comportamentos necessários para a vida em sociedade.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas I e III.

(C) Apenas II e IV.

(D) Apenas III e IV.

(E) I, II, III e IV.

19. IF-BA — 2018- Alguns adolescentes questionam o valor da escola e dos estudos. Nestas situações, é comum encontrar argumentos como “a escola é muito chata”, “nada que a escola ensina faz sentido”, “pessoas muito inteligentes não precisam de escola”, “estudar não garante uma boa vida profissional”. Para que os estudantes respeitem a escola, dentre muitas coisas, é preciso que:

(A) todos os profissionais respeitem e tentem compreender os desafios que o adolescente enfrenta, saibam ouvir e ponderar respeitosamente sobre as críticas trazidas pelos adolescentes.

(B) os profissionais aceitem flexibilizar o tempo que o adolescente precisa frequentar as aulas, abonando faltas sempre que preciso.

(C) os adultos que trabalham nas escolas argumentem, de forma ameaçadora, de que tudo sempre pode piorar.

(D) os adultos sejam exigentes com o comportamento dos estudantes, não admitindo mudanças de humor e exposição de argumentos que tendem a ser infundados.

(E) os profissionais saibam colocar o adolescente em seu devido lugar, isto é, consigam responder aos questionamentos contestadores da ordem escolar com o mesmo nível de agressividade e impulsividade que, algumas vezes, os adolescentes utilizam.

20. CRT-04— 2018- Quanto a noções de cidadania, julgue o item.

De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, o homem possui a liberdade de agir como bem entender.

() CERTO

() ERRADO

21. HMDCC — 2018- As sentenças abaixo discorrem sobre alguns conceitos de cidadania, cidadão. Analise e assinale a alternativa correta:

I. Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos.

II. A cidadania expressa a igualdade dos indivíduos perante a lei, pertencendo a uma sociedade organizada. É a qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticas, socioeconômicas de seu país, estando sujeito a deveres que lhe são impostos:

(A) Apenas a alternativa I está correta.

(B) Apenas a alternativa II está correta.

(C) As alternativas I e II estão corretas.

(D) As alternativas I e II estão incorretas.

22. CONDER-SC — 2019- Entende-se por um crime ambiental todo e qualquer dano ou prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente. De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, os crimes ambientais são classificados em cinco tipos: crimes contra a fauna; flora; poluição e outros crimes ambientais; ordenamento urbano e o patrimônio cultural e infrações administrativas. São exemplos de crime contra a flora, a destruição ou danos contra a vegetação de áreas de preservação permanente, em qualquer estágio, ou a unidades de conservação, provocar incêndio em mata ou floresta, extração, corte, aquisição ou venda de madeira e extração de qualquer espécie mineral de florestas. Com base nestes exemplos, assinale dentre as alternativas abaixo um exemplo prático de crime contra a flora:

(A) Produção de lixo pelas indústrias.

(B) Soltar balões juninos.

(C) Comercialização de animais nativos.

(D) Soltar dejetos nos rios.

23. PREFEITURA DE SÃO LUÍS-MA — 2018- O rompimento da barragem de uma empresa de mineração, em novembro de 2015, foi um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil que afetou o município de Mariana, em Minas Gerais. A respeito desse episódio, assinale a opção correta.

(A) A lama atingiu a foz do Rio Doce e se alastrou até o litoral do Espírito Santo, chegando ao oceano Atlântico.

(B) O impacto ambiental na fauna e na flora da região atingida pelo desastre é reversível no curto prazo.

(C) Ainda não foi iniciado processo de investigação a respeito dos responsáveis pelo desastre.

